

UNIDADES GRECO-LATINAS NA LÍNGUA PORTUGUESA¹

RUI ABEL PEREIRA

Ao mestre helenista

RESUMO

No português contemporâneo, encontramos um grande número de unidades morfolexicais (bases e afixos) de origem estrangeira, especialmente greco-latina, que convivem com as unidades nativas ou autóctones, estabelecendo com elas, muitas vezes, relações de distribuição complementar (cf. *mão/manu-al*; *cão/can-il*; *lei/leg-al*; *presidente/presidênc-ia*; *livro/biblio-*, etc.). O tratamento linguístico deste tipo de alternâncias morfolexicais levanta alguns problemas de carácter teórico, nomeadamente o das relações entre sincronia e diacronia, e o tipo de tratamento (morfológico, fonológico e/ou lexical) susceptível de ser proposto para a análise dos fenómenos de alomorfia e/ou supletivismo. Qual a natureza destas alternâncias? Qual é o componente da gramática responsável pelo seu processamento?

Consideraremos que o fenómeno de variação alomórfica (supletiva e/ou não-supletiva) que afecta as unidades morfolexicais é comandado morfológicamente, pelo que o seu tratamento pode e deve ser incorporado no âmbito da morfologia. No entanto, como se trata de um fenómeno de variação que afecta o significante de algumas unidades lexicais, admite igualmente um tratamento lexical e/ou fonológico, evidenciando a interacção entre estes componentes da gramática e a morfologia.

¹ Este texto representa a versão reformulada e actualizada da comunicação com o mesmo título apresentada nas “*XV Jornadas de Formação de Professores*”, de Homenagem ao Prof. Doutor Manuel de Oliveira Pulquério (Faculdade de Letras da U.C.P., Viseu, 29-30 de Abril de 2004).

ABSTRACT

In contemporary Portuguese, we find a large number of foreign morpholexical units (bases and affixes). These units that are essentially from Greek and Latin origin coexist with native units and, frequently, establish with these relations of complementary distribution (cf. *mão/manu-al*; *cão/can-il*; *lei/leg-al*; *presidente/presidênc-ia*; *livro/biblio-*, etc.). The linguistic analysis of this kind of morpholexical alternations raise some theoretical issues, namely those of relationships between synchrony and diachrony and the type of treatment (morphological, phonological and/or lexical) that can be proposed for allomorphy and/or suppletion. What is the nature of these alternations? What grammatical component is responsible for its processing?

We will consider that the phenomena of allomorphy (suppletive and non-suppletive) that affect morpholexical units are morphologically governed; therefore, its treatment can and should be included in the domain of morphology. However, given that these variation phenomena affect the signifier of some lexical units, they also admit a phonological and/or lexical treatment, showing the interaction between these grammatical components and morphology.

*

0. Na análise da estrutura interna das palavras morfologicamente complexas encontramos um grande número de unidades morfolexicais (bases e afixos) de origem estrangeira, especialmente greco-latina, que, para além de fazerem parte de palavras existentes em português, continuam a ser utilizadas na produção de novas unidades lexicais. Vejamos alguns exemplos:

(1) Constituintes morfolexicais de origem greco-latina

a. **afixos:**

- (i) de origem grega: *a(n)-*, *arqui-*, *metá-*, *pará-*, *-ia*, *-iz-*...
- (ii) de origem latina: *in-*, *en-*, *ex-*, *-mente*, *-vel*, *-ífic-*, *-os-*...

b. **bases:**

- (i) de origem grega: *nevr-*algia**, *biblio-teca*, *morfo-logia*...
- (ii) de origem latina: *lúd-ico*, *leg-al*, *equ-estre*, *aqu-ário*...

Estas unidades morfolexicais provenientes das línguas clássicas convivem muitas vezes com unidades autóctones ou nativas, estabelecendo com elas relações de distribuição complementar: enquanto as unidades nativas podem ocorrer como palavras autónomas, as unidades de origem estrangeira e/ou [+ eruditas] são geralmente formas presas, usadas como bases em palavras derivadas

e/ou em compostos “eruditos” (cf. *livro/biblio-*, *vida/vit-/bio-*, *lei/leg-*, *corpo/corpus/corpor-/somat-*, *água/aqu-/hidro-*, etc.).

A coexistência de formações nativas e não-nativas, eruditas e não-eruditas, no português contemporâneo, coloca vários problemas de carácter teórico, nomeadamente, o das relações entre sincronia e diacronia, e o tipo de tratamento (morfológico, fonológico e/ou lexical) susceptível de ser proposto para a análise dos fenómenos de alomorfia e/ou supletivismo que afectam as unidades lexicais. Como pode/deve ser tratada sincronicamente a alternância formal, fonologicamente relacionada ou não, das unidades morfolexicais? Qual é/deve ser a forma das entradas lexicais? Ao longo deste artigo, propomo-nos abordar a questão da variação formal ou alomórfica das unidades morfolexicais, especialmente das bases lexicais, analisando as suas causas, i.e., os factores intra e extralinguísticos que contribuíram para essa situação, e perspectivando algumas propostas de análise.

1. Variação formal: alomorfia e/ou supletivismo

A forma morfofonológica dos produtos lexicogenéticos do português nem sempre é totalmente transparente, podendo apresentar graus de (ir)regularidade variáveis², como se pode observar através dos seguintes grupos de palavras, em que se dispõem as bases ao lado de palavras delas derivadas:

- (2) *comprar*: *comprador*; *legal*: *legalizar*; *lindo*: *lindamente*
- (3) *fim*: *final*; *limão*: *limonada*; *cão*: *canil*
- (4) *presidente*: *presidência*; *opaco*: *opacidade*; *tabaco*: *tabagismo*
- (5) *boca*: *oral*; *cavalo*: *equestre*, *hípico*; *coração*: *cardíaco*

A relação que se estabelece em (2) entre bases e derivados é perfeitamente transparente do ponto de vista morfofonológico e semântico, i.e., as palavras derivadas são formações cujos constituintes são perfeitamente identificáveis formal e semanticamente, tendo sido produzidas por regras de formação de palavras ainda actantes na língua.

Em (3), a relação formal existente entre bases e derivados parece ser ligeiramente diferente. Apesar de apresentarem formas fonéticas parcialmente diferentes, a estrutura fonológica subjacente das bases é idêntica, terminando em (autos)segmento nasal. De acordo com o co(n)texto morfofonológico, i.e., a presença ou não de um segmento

² Um fenómeno semelhante afecta igualmente o significado das palavras derivacionalmente construídas. No entanto, neste artigo, apenas se focalizam as variações formais no significante das palavras derivadas.

sufixal a seguir à base, o (autos)segmento nasal que termina as bases realiza-se de modos diferentes, ora nasalizando a vogal anterior, ora manifestando-se como uma consoante nasal (-n-).

As palavras derivadas de (4) podem ser analisadas do ponto de vista sincrónico, tendo a particularidade de a base lexical ocorrer com uma forma parcialmente diferente da que tem enquanto palavra autónoma. Em grande parte dos casos deste tipo, existe variação/alternância na realização do segmento consonântico terminal da base: *president-e* [t]: *presidênc-ia* [s]; *opac-o* [k]: *opac-idade* [s]; *tabac-o* [k]: *tabag-ismo* [ʒ]. A realização do segmento terminal da base é condicionada morfofonologicamente pela presença, a seguir à base, de um constituinte sufixal iniciado por segmento vocálico /i/.

Os itens morfológicamente complexos compendiados em (5), em princípio, são analisáveis, existindo também a possibilidade de novas formações, embora em escala muito reduzida. No entanto, o padrão não é exactamente o mesmo dos anteriores, porque a analisabilidade só é possível numa base estrangeira, normalmente greco-latina. Ao contrário de (3) e (4), a variação formal que afecta os itens lexicais de base é muito acentuada, sendo os significantes por que se manifestam radicalmente distintos.

Em suma, as unidades morfolexicais podem apresentar formas morfofonológicas alternantes e/ou diferentes realizações fonéticas. Na terminologia morfológica, este fenómeno de variação formal das unidades morfolexicais é denominado de **alomorfia** (ou **supletivismo**), dando-se o nome de **alomorfes** (ou **variantes alomórficas**) às formas alternantes ou variantes formais por que se realiza um determinado morfema. Se os alomorfes são formalmente similares ou relacionáveis fonologicamente, fala-se em **alomorfia não-supletiva**. Quando a similaridade formal é nula ou está quase ausente, considera-se que a **alomorfia** é **supletiva** (Booij 2000: 336).³

A variação formal, mais ou menos alomórfica ou supletiva, manifesta-se quer na flexão (cf. 6) quer na derivação (cf. 7b e 7c), constituindo em muitos casos uma dificuldade acrescida na aprendizagem de uma língua e na interpretação linguística.

(6) *ser/era/fui, vou/fui/ir, faço/fazes, digo/dizes...*

(7) a. *Aveiro: aveirense; Roma: romano; Moscovo: moscovita*

b. *Bragança: bragantino; Lamego: lamecense; Évora: eborense*

³ Os autores que adoptam o termo *supletivismo* distinguem entre *supletivismo fraco* ou *parcial* e *supletivismo forte* ou *total* (cf. Dressler 1985, Carstairs 1990, Mel'čuk 2000).

c. *Santarém: escalabitano; Lisboa: olissiponense; Tomar: nabantino*

A alomorfia (ou supletivismo) é particularmente frequente na formação de novas palavras. Os exemplos referidos em (7a-c) pertencem ao mesmo paradigma derivacional, no âmbito do qual se formam adjectivos étnicos denominais. Os recursos afixais utilizados são variados, sendo também diferente o grau de variação formal que afecta as bases lexicais. Em (7a), temos processos derivacionais perfeitamente regulares e transparentes, resultando a estrutura morfofonológica do produto derivacional da simples adição de bases e sufixos⁴. Em (7b), a junção dos sufixos provoca uma ligeira alteração na forma de algumas unidades fónicas da base. Em (7c), a diferença formal entre a forma presa ou não-autónoma e a forma livre ou autónoma da base lexical é total ou quase total. Nestes casos, a forma tomada como base de derivação é originária de léxicos não-nativos, especialmente de origem latina. Estas bases, ao contrário das nativas, são marcadas com os traços [-nativo] e/ou [+erudito], sendo do conhecimento apenas de um grupo limitado de falantes, aqueles que aprenderam secundariamente essas unidades e a relação que estabelecem com as unidades nativas correspondentes. Assim, as palavras derivacionalmente formadas (cf. 7a-c) distribuem-se ao longo de uma *escala* ou *continuum* de motivação ou transparência formal, que tem num extremo palavras formalmente motivadas ou transparentes (cf. 7a) e no outro extremo casos de alomorfia supletiva (cf. 7c), situando-se entre estes dois extremos ou pólos opostos os casos de alomorfia não-supletiva (cf. 7b). Esta diversidade formal pode ser representada, esquematicamente, do seguinte modo:

	TRANSPARÊNCIA/MOTIVAÇÃO FORMAL	
+	<i>transparente/motivado</i>	-
(7a)	(7b)	(7c)

Podemos, portanto, concluir que o grau de alomorfia é inversamente proporcional ao grau de regularidade formal entre os constituintes morfolexicais e os produtos lexicogenéticos deles derivados, sendo o expoente máximo de irregularidade formal a alomorfia supletiva.

⁴ A mudança na posição do acento provoca algumas alterações fonéticas na realização de algumas vogais, principalmente em posição pretónica.

2. Variação alomórfica: causas e consequências

2.1. Causas

Segundo Joseph (1998: 358), a fonte primária da morfologia é o material já existente na língua, que é “(re)actualizado” através de processos de mudança fonética ou de processos de ressegmentação e reinterpretação aplicados de formas variadas. Para além disso, as unidades morfológicas podem entrar numa língua através de várias formas de contacto linguístico com outras línguas. Esta concepção é partilhada por Booij (1998: 37-42) e Mel’čuk (2000: 520), para quem os fenómenos de alomorfia são um reflexo da história de uma língua, podendo originar-se de três modos:

- (i) mudanças fonético-fonológicas de que resultou uma perda de transparência sincrónica entre alomorfes;⁵
- (ii) mudanças morfológicas resultantes da reinterpretação dos constituintes morfolexicais;
- (iii) empréstimo de palavras não-nativas, i.e., palavras procedentes de línguas estrangeiras (grego, latim, etc.).

2.1.1. O português actual, como a maior parte das línguas românicas contemporâneas, é o resultado de uma evolução linguística, mais ou menos rápida segundo as épocas, que levou os falantes que habitavam o nosso país a transformar o latim na língua que hoje falamos. Muitos itens lexicais sofreram ao longo da história da língua mudanças ao nível do seu significante, passando a ter na língua portuguesa uma forma diferente da que tinham em latim (cf. *capilum* > *cabelo*; *arenam* > *areia*; *fidelem* > *fiel*, *originem* > *origem*, *imaginem* > *imagem*, etc.)⁶. As palavras terminadas em *-ão*, do tipo de *leão*, *pão*, *cão*, são um exemplo claro de como as mudanças fonológicas afectam a transparência/motivação linguística. Em latim, o radical destas palavras terminava em consoante nasal (*-n-*), respectivamente *leon-*, *pan-* e *can-*, quer quando eram usadas de forma autónoma, quer quando eram usadas como base de derivação (cf. *leon-em*: *leon-inus*, *a*, *um*; *pan-em*: *pan-arium*; *can-em*: *can-inus*,

⁵ Booij (1998: 37) refere que «[...] stem allomorphy often reflects the phonological history of a language, but then is no longer transparent synchronically.»

⁶ Segundo Mattoso Câmara Jr. (1979: 194-195), «É essa diferença de tratamento fonológico histórico, entre termos populares e termos eruditos, a fonte primordial dos chamados *doublets* ou formas divergentes, na história da língua. O étimo latino que origina de um lado um termo popular e de outro um termo erudito, entra num e noutra aspecto em contextos diferentes na língua e traz de início uma diferença significativa, às vezes profunda (ex. *adro/átrio*, *chave/clave*, *comungar/comunicar*, *cuidar/cogitar*, *poupar/palpar*, *selo/sigilo*, etc.).»

a, um). No português antigo, estas palavras tomam a forma *leon, pan* e *can*, sendo que o *-n* final passa agora a representar apenas a nasalidade da vogal anterior. Na verdade, neste período, já não estamos perante uma sequência de [vogal + consoante nasal], mas ante uma vogal nasal(izada). No século XVI, verifica-se a uniformização em *-ão* das terminações *-an* e *-on*, que passam, assim, a ser realizadas como ditongo nasal. Este processo de uniformização contribuiu para acentuar ainda mais a divergência formal dos alomorfes que realizam estes itens lexicais: como palavras autónomas passam a realizar-se como *leão, pão* e *cão*, mas enquanto bases de derivação mantêm a forma latina originária, respectivamente *leon-, pan-* e *can-* (cf. *leon-ino, pan-ificar, can-il*). Como se pode verificar, as mudanças fonológicas sofridas por estas bases enquanto palavras autónomas contribuiu para a perda gradual da transparência/motivação que as ligava às respectivas bases de derivação.

2.1.2. O fenómeno de alomorfia que afecta séries de palavras como *aroma/aromático/aromatizar, trauma/traumático/traumatizar, clima/climático/climatizar*, etc. tem uma outra origem: a reinterpretação e/ou **reanálise** dos constituintes morfolexicais. Segundo refere Joseph (1998: 353-354), no grego, a terminação de genitivo **-os* (com a variante **-es*), própria de nomes terminados em *-ma* (cf. *ónoma* ‘nome’), sofreu algumas alterações. Primeiro, foi alterada pelo acréscimo de um *-t-*, criando um novo alomorfe de genitivo do singular *-tos* (*onóma-tos*). O *-t-* tornou-se, assim, uma extensão virtual da base lexical, tendo-se expandido pelo paradigma, dando origem formas como *onómati* de dativo do singular. Mais tarde, estes itens foram reanalisados ou «relexicalizados» (termo usado por Joseph) com uma forma de base diferente, *onomat-*, voltando-se a reconstituir a terminação de genitivo novamente como *-os* para esta classe de nomes (cf. *onomat-os*). Como consequência desta evolução, em grego, as unidades lexicais terminadas em *-ma* passaram a ter dois alomorfes (cf. *onoma* e *onomat-*), como se pode verificar através da sua enunciação: *onoma, -atos*. Esta situação de alomorfia continua a ser mantida no português contemporâneo, podendo-se dizer que bases de origem grega terminadas em *-ma*, como *clima, aroma, dogma, drama, esquema*, etc., são realizadas e/ou realizáveis através de dois possíveis alomorfes: quando usadas como palavras autónomas apresentam a forma *clima, aroma, dogma, drama, esquema*, etc., mas enquanto bases de derivação tomam uma forma acrescentada de um *-t-*, respectivamente *climat-, aromat-, dogmat-, dramat-, esquemat-*,

etc. Poder-se-ia levantar a hipótese de o segmento consonântico *-t-* ser uma espécie de interfixo que ligaria a base ao segmento sufixal, mas o facto de ele ser recorrente nos produtos derivacionais que tomam bases desta classe inclina-nos para a sua inclusão na base (cf. *aromat-ico/a*, *aromat-ismo*, *aromat-izar*, *aromat(ó)-foro*; *dogmát-ico/a*, *dogmát-ica*, *dogmat-ismo*, *dogmat-ista*, *dogmat-izar*, *dogmat(o)-logia*).

A configuração formal dos afixos também pode sofrer alterações em função de processos de *reanálise*. Segundo G. Rio-Torto (1998), a configuração actual do sufixo *-dor* em português tem a seguinte origem:

«Outrora parte integrante do tema verbal, *-d-* passou a fazer parte do corpo do sufixo, que passou a ser configurado como *-dor* (*-d-* + *-or*). Ao contrário do que acontecia em latim, em português a consoante que inicia o sufixo não faz parte da base, mas do sufixo. Por isso em português o tema verbal seleccionado por *-dor* é o do Infinitivo e não o do Particípio Passado.» (Rio-Torto 1998: 42)

2.1.3. A variação alomórfica pode ainda decorrer da importação de palavras (empréstimos) de outras línguas. Como se sabe, o acervo lexical legado pelo latim foi acrescentado, ao longo dos tempos, de unidades provenientes de outras línguas (germânica, árabe, etc.) com as quais o português foi contactando. Mas são as línguas clássicas as principais fontes de empréstimos introduzidos no léxico do português. A influência clássica percorre longitudinalmente toda a história da língua portuguesa, mas é sobretudo a partir do Renascimento e do Classicismo, períodos marcados fortemente pelo ideal de imitação dos clássicos, que ela se faz sentir mais.⁷ Como assinala J. Mattoso Câmara Jr. (1979:195),

«Os primeiros termos eruditos (na realidade “semi-eruditos”) entraram no romance lusitano pela língua da Igreja, pela administração romana e pelo ensino escolar. Durante toda a Idade Média não cessou o contacto com grande parte da literatura romana e a língua escrita portuguesa foi sempre daí tomando termos de empréstimo. Foi, entretanto, na Renascença, a partir do séc. XV e principalmente do séc. XVI que se deu a entrada em massa dos termos eruditos, por via literária. Com isso, houve a substituição de muitos

⁷ Sobre a contribuição contínua das línguas clássicas, principalmente da latina, para a ampliação e renovação do Português, vejam-se, entre outros, Morais-Barbosa (1969), Cuesta e Luz (1971), Nunes (1975), Piel (1976), Câmara Jr. (1979), Teyssier (1982), Verdelho (1987), Medeiros (1989), Maia (1999).

termos populares, com uma renovação do léxico português (ex. *ocasião*, em vez de *cajom*).»

Aqueles movimentos culturais e literários impulsionaram a relatinização da língua portuguesa, o que se consubstanciou na (re-)introdução de vocábulos latinos, que, em muitos casos, passaram a deter na nossa língua duas formas (divergentes): uma forma erudita, semelhante à forma latina, e uma forma vulgar, resultante do processo contínuo de evolução fonética sofrida. Existem vários pares de palavras que derivam do mesmo étimo latino, mas que passaram a conviver em português com formas, significados e/ou usos pragmático-discursivos diferentes (cf. *cadeira/cátedra*, *areia/arena*, *chão/plano*, *cheio/pleno*, *solteiro/solitário*, *palavra/parábola*, etc.).

Desenvolve-se também nesta época o processo de formar palavras a partir dos termos do latim literário, em vez de se tomarem como base os termos populares correspondentes existentes no português. Esta tendência provocou o aparecimento de formações com radicais alomórficos em relação aos termos nativos/populares correspondentes: *olho/ocular*, *dedo/digital*, *cabelo/capilar*, *chuva/pluvial*, *chumbo/plúmbeo*, etc. (Câmara Jr. 1979: 195-196)⁸

O empréstimo de vocábulos de origem grega desenvolve-se fundamentalmente no léxico técnico-científico, passando a ocorrer com maior incidência a partir do século XVIII, segundo notam Cuesta e Luz (1971: 263),

«No século XVIII a renovação do vocábulo científico exigida pelo incremento que sofrem nesta época a maior parte das ciências experimentais determina a introdução em português não só de latinismos, mas também de numerosos helenismos. Durante o Renascimento tinha-se dado a entrada por via latina de palavras novas no léxico lusitano. Agora, é a França que adapta à sua ortografia os sons do idioma da Hélada – criando inclusivamente termos novos com elementos soltos existentes nele – para os transmitir logo às outras línguas românicas.»

As linguagens científica e técnica (re)utilizam frequentemente unidades lexicais de origem grega, quase sempre sentidas como empréstimos. Estas bases provenientes do grego, directamente ou por

⁸ Segundo Mattoso Câmara Jr. (1979), esta tendência para a formação de palavras a partir dos termos eruditos e não dos termos populares correspondentes provoca a «desintegração do grupo mórfico». «A desintegração do grupo mórfico verifica-se, quando o termo latino literário é diverso do étimo do latim vulgar que deu o termo popular correspondente: *ígneo/fogo*; *argênteo/prata*; *sáxeo/pedra*, etc.» (1979: 196)

intermédio do latim, são geralmente integradas no léxico do português como bases não-autónomas (cf. *oftalm(o)-*, *estomat(o)-*, *log(o/ia)*, *psic(o)-*, *somát(ico)*, *ot(o)-rrin(o)*, *dérm(ico)*, etc.).

Juntamente com as palavras complexas, foram importados do grego e do latim afixos e processos lexicogenéticos, muitos dos quais continuaram e continuam a estar disponíveis em português, produzindo novas palavras ao longo de vários séculos⁹. Uma das consequências desta situação é a coexistência no português contemporâneo de produtos provenientes de fases/estádios linguísticos diversos. Por exemplo, o sufixo *-os(o/a)*, presente em muitas palavras complexas formadas em português (e.g. *cheiroso*, *chuvoso*, etc.), ocorre igualmente em produtos cuja base é reconhecidamente latina ou latiniforme (e.g. *piloso*, *aquoso*, *arenoso*). Alguns eruditismos (latinismos ou grecismos) configuram uma espécie de «fósseis» morfofonológicos, testemunhos no português contemporâneo de um estado de língua anterior. Não se estranha, por isso, que se encontrem produtos lexicogenéticos aparentemente similares mas cujas estruturas formal e semântica não têm necessariamente o mesmo grau de regularidade e/ou transparência na sincronia actual.

2.2. Consequências

A variação alomórfica tem como consequência a perda (pelo menos parcial) da motivação ou transparência morfo-semântica dos itens morfologicamente complexos, pelo incremento de dificuldade que introduz na análise e interpretação dos respectivos constituintes morfolexicais. Com o passar do tempo, o significado e/ou a forma dos itens lexicais pode(m) mudar e, no caso das palavras morfologicamente complexas, a sua forma e o seu significado podem deixar de ser previsíveis, pelo menos completamente, com base nos seus constituintes e nas regras de formação de palavras que os derivam, i.e., podem gradualmente perder a relação morfo-semântica que os une aos seus constituintes originais. A este processo dá-se tradicionalmente o nome de «lexicalização» (ou «idiomatização» ou «institucionalização»). Kastovsky (1982) define este fenómeno do seguinte modo:

⁹ «Desde então [época do Renascimento e Classicismo], a acção do latim, a que se vem juntar a do grego, nunca mais deixou de fazer sentir-se até aos nossos dias, sendo porventura a língua portuguesa entre as românicas a que maior rendimento tirou e continua a tirar deste inesgotável manancial que são as línguas clássicas.» (Piel 1976: XX-XXI)

«Lexicalization is obviously a gradual phenomenon, both diachronically and synchronically. Diachronically, a word-formation syntagma may gradually progress further and further towards total idiomatization. Synchronically, word-formation, in general, is characterized by the fact that there is a scale, reaching from total motivation (...) via progressive idiomatization (...) to complete loss of motivation (...). Each word-formation syntagma is located somewhere along this scale, and only those located at the totally motivated end can be explained exclusively on the basis of the meanings of their constituents and the underlying pattern. And even among these patterns, one will probably have to distinguish degrees of semantic transparency [...]» (Kastovsky 1982: 190-191)

No seu percurso diacrónico, os produtos lexicogenéticos sofrem frequentemente processos de “erosão” morfofonológica e semântica, que em alguns casos levam à perda total de motivação ou transparência morfo-semântica. Em virtude de mudanças no significado, algumas formas lexicais que eram percebidas como relacionadas num estágio mais antigo da língua deixam de o ser pelos falantes de um estágio mais recente. De facto, muitas formações complexas latinas perderam esse estatuto na mente dos falantes (algumas ainda no período pré-romance), não sendo actualmente sentidas como tal. Muitos itens lexicais antes relacionados ou relacionáveis derivacionalmente perderam qualquer traço de conexão, excepto para os falantes que aprenderam secundariamente o conhecimento dessa relação (cf. Joseph 1998: 356-357). Piel (1976: XXVII) assinala que em formações como *ourives* (que ascende ainda ao latim clássico: AURI-FEX), *freguês* (< FILIUS ECCLESIAE) e *fidalgo* (< FILHO DE ALGO), «já não há nada na forma que revele o seu carácter primitivamente composto.»

Porque a língua é um reflexo da sua história, na análise sincrónica, somos confrontados com formações que apresentam graus variáveis de **analísabilidade** e/ou **composicionalidade**. Podemos encontrar três situações possíveis:

- (i) palavras não compostas/ não decomponíveis (e.g. *comer*, *complexo*, *continuar*);
- (ii) palavras decomponíveis, mas não derivadas (e.g. *consumir*, *assumir*, *resumir*);
- (iii) palavras derivadas, construídas ou reanalisáveis em português (e.g. *engarrafar*, *empacotar*, *ensacar*, *inseminar*).

Daqui se depreende que a avaliação da composicionalidade morfo-semântica de uma palavra varia diacronicamente. Por exemplo, uma palavra como *comer*, que em fases pretéritas da língua era considerada morfologicamente complexa (palavra derivada por

prefixação: *cum+edere*), não tem actualmente esse estatuto. Do ponto de vista sincrónico, para que uma palavra seja considerada como um **produto derivacional** (ou **palavra derivada**) do português são necessárias duas condições cumulativas:

- (i) que tenha uma estrutura composicional, i.e., que a sua estrutura morfo-semântica seja (pelo menos parcialmente) transparente ou motivada;
- (ii) que se enquadre num padrão derivacional do português.

A palavra *inseminar*, embora tenha uma aparência latiniforme, é analisável e interpretável à luz dos padrões lexicogenéticos do português (*in-* + *semin-* ‘sémen’), apresentando o significado ‘introduzir/pôr N em’, tal como tantas outros verbos derivados do português com significado ‘ornativo’ (cf. *encabar*, *enfarinhar*, *ensaboar*, *engraxar*, etc.). Mas existem também muitas palavras de estrutura complexa que são **cultismos**, importações do latim para o português, cujas bases e/ou afixos não são reconhecidos e/ou interpretáveis em português. Integram-se neste grupo séries de palavras como (a) *conceber*, *perceber*, *receber*; (b) *atribuir*, *contribuir*, *retribuir*; (c) *aferir*, *conferir*, *referir*. Trata-se de palavras complexas originariamente construídas em latim e preservadas pelo português (Rio-Torto 1998: 141)¹⁰. Embora continuem a ser decomponíveis, não são produtos derivacionais transparentes, nem integram nenhum paradigma lexicogenético produtivo em português, constituindo antes o que Pilch (1985) chamou de «paradigmas residuais»¹¹. Como refere Graça Rio-Torto,

«é natural que nem todas as palavras possam caber nas malhas apertadas de uma análise meramente sincrónica. É por certo o que acontece com os verbos em referência. Tratando-se de palavras não construídas no português, mas que representam antes o resultado da evolução por via erudita dos respectivos étimos latinos, os constituintes (bases e prefixos) que as integram são unidades lexicais da língua de origem, não tendo perpetuado esse mesmo estatuto (pelo menos com o mesmo grau de autonomia) nas línguas de acolhimento. Por conseguinte, só à luz da matriz linguística em que se inscrevem devem ser analisadas.» (Rio-Torto 1998: 18-19)

¹⁰ É vastíssima a literatura existente sobre este tipo de formações, não havendo praticamente nenhum morfólogo que já não tenha reflectido sobre elas, se bem que as conclusões nem sempre sejam consensuais.

¹¹ Pilch (1985: 422) considera que, quando um paradigma particular deixa de ser produtivo, passa a constituir um «*paradigma residual*» e os seus membros estabelecem-se e/ou sobrevivem como palavras individuais («*derivados históricos*»), designando conceitos específicos.

3. Alomorfia: propostas de análise

Como vimos atrás (cf. §1.), os processos de formação de palavras tomam frequentemente bases greco-latinas que, por vezes, não existem com forma autónoma em português (cf. *lud-*, *equ-*, *hepat-*, *somat-*, etc.), ou então existem com uma outra aparência formal (cf. *aqu-/água*, *fidel-/fiel*, *buc-/boca*, etc.). Porque se trata de formas presas que só ocorrem no interior de palavras derivadas ou compostas, são tradicionalmente denominadas como «bases não-autónomas». D. Corbin define este tipo de bases como «les items dont la spécificité serait de servir de bases à des mots construits sans pouvoir être insérés à l'état autonome dans des structures syntaxiques» (1985: 54), isto é, «qui n'apparaissent jamais directement combinées à des affixes flexionnels dans les phrases» (1984: 11).

A distinção entre bases autónomas e não-autónomas levou, em quase todos os modelos, à exclusão ou pelo menos à marginalização das últimas. Este procedimento não nos parece ser o mais adequado, uma vez que as bases não-autónomas revelam possuir propriedades idênticas às das bases autónomas, como a seguir se assinala (cf. Corbin 1984: 11-13):

- (i) As mesmas regras derivacionais aplicam-se indistintamente a bases autónomas e não-autónomas (cf. *familiar* frente a *insular*, *danificar* frente a *caseificar*).
- (ii) As bases não-autónomas são categorizáveis e interpretáveis, tal como as bases autónomas, a partir das palavras construídas ou do co(n)texto em que figuram. Por exemplo, em função das propriedades evidenciadas pela palavra morfológicamente complexa *caseificar*, podemos interpretar e categorizar *case(u)-* como 'nome' [+N] que significa 'queijo'.
- (iii) Nem a regra de formação de palavras (RFP) nem a configuração fonológica das bases permite prever a autonomia ou não-autonomia das bases. Só a aprendizagem e a memorização poderão permitir ao falante ter o conhecimento do funcionamento autónomo/não-autónomo das bases.

Assim, considera-se que o conjunto de bases lexicais sobre o qual operam as RFPs é composto por bases autónomas e bases não-autónomas, que, embora apreendidas individualmente, partilham propriedades linguísticas, excepto (algum)as propriedades fonológicas. Entre bases autónomas e não-autónomas, entre bases autóctones e bases importadas estabelecem-se normalmente relações de distribuição morfológica complementar, colocando o fenómeno de

alomorfia na interface entre competência e performance, entre sincronia e diacronia.

Como vimos no §1., a alomorfia consiste na realização múltipla de uma unidade morfolexical (base ou afixo). É, portanto, um fenómeno de variação formal ao nível sincrónico, mas que, como verificámos no §2., decorre de alterações verificadas ao longo da história da língua (mudanças fonológicas, morfológicas e empréstimo de termos de outras línguas). Como refere M.-N. Gary-Prieur,

«Une langue évolue au cours du temps, et ce qui est perçu comme irrégulier à un moment donné peut être la trace d'une régularité ancienne, ou l'annonce d'une régularité future». (1985: 63)

A linguística contemporânea reconhece que a mudança linguística se manifesta sincronicamente como variação (Southworth 1990: 25), isto é, que muitos dos fenómenos de variação sincrónica reflectem alterações ocorridas entre estádios linguísticos sucessivos (historicamente atestados). Neste sentido, a variação alomórfica pode ter uma abordagem sincrónica e/ou diacrónica, as quais provêm pontos de vista diferentes, mas igualmente válidos, do mesmo fenómeno. Numa abordagem sincrónica, a alomorfia aparece como variabilidade no interior de uma língua, enquanto, numa visão diacrónica, aparece como estádios/fases sucessivas da mesma língua. Em muitos casos, estas duas perspectivas são conciliáveis. Por exemplo, ao nível da fonologia generativa, não só muitas das representações subjacentes postuladas para as unidades morfolexicais são reminiscências das configurações fonológicas que essas unidades tiveram em estádios pretéritos da história da língua, como também as regras aduzidas para relacionar as representações subjacentes com as realizações fonéticas co(n)textuais parecem capturar alguns processos fonológicos que tiveram lugar na história da língua, ou seja, certas regras fonológicas capturam sincronicamente relevantes processos diacrónicos (cf. Ruskiewicz 1998: 83 e 90).

Embora reconheçamos que certas irregularidades sincrónicas são um resíduo de mudanças diacrónicas e que a complexidade dos factos linguísticos implica a interacção entre sincronia e diacronia, na análise que aqui empreendemos procuraremos descrever a variação alomórfica numa perspectiva essencialmente sincrónica. Em termos sincrónicos, interessa conhecer e descrever o mecanismo de processamento lexical dos falantes. Neste sentido, o mais importante não será a questão da origem das palavras e/ou o seu percurso histórico, que interessam à linguística histórica ou diacrónica, mas a

motivação/transparência morfo-semântica das palavras complexas e o modo como os falantes relacionam as unidades em distribuição morfológica complementar no estágio actual do português. Na realidade, não só existem muitas palavras produzidas e usadas já em latim que são perfeitamente transparentes (cf. *encerar*, *ensacar*, *engravidar*, *clarificar*, etc.), como, paralelamente, existem palavras construídas em português cuja motivação se perdeu (quase) completamente (cf. *fidalgo*, *amarrotar*, *espevitado*, etc.). Algumas palavras, aliás, admitem uma dupla interpretação, podendo ser encaradas como produzidas em português, ou em latim (e.g. *cristão*: 1. < Cristo + ão; 2. < CHRISTIANU-) (Rio-Torto 1993: 213).

O tratamento linguístico da *alomorfia* põe alguns problemas de carácter teórico, principalmente concernentes à relação entre morfologia e fonologia e/ou entre morfologia e léxico. O que se entende por *alomorfia*? Como pode e/ou deve ser tratada a variação *alomórfica* em termos sincrónicos?

Temos utilizado o termo *alomorfia* num sentido lato, designando a variação formal que afecta as unidades morfolexicais em função do contexto morfofonológico ou morfolexical em que ocorrem. Há, no entanto, quem perfilhe um conceito mais restrito de *alomorfia*. Corbin (1985) distingue dois tipos de bases não-autónomas: (i) bases não-autónomas relacionáveis formalmente com bases autónomas, e (ii) bases não-autónomas que não estabelecem qualquer tipo de relação formal com as bases autónomas com que estão total ou parcialmente em distribuição complementar. Segundo Corbin, o conceito de *alomorfia* é aplicável apenas à variação que apresenta sincronicamente uma certa regularidade¹², i.e., a variação que se estabelece entre as bases do primeiro grupo, remetendo a variação entre bases do segundo grupo para o âmbito do *supletivismo*¹³. Mas Corbin vai ainda mais longe, excluindo do âmbito da *alomorfia* as variações fonológicas «automáticas» das unidades morfolexicais¹⁴ e/ou explicáveis fonologicamente. Atente-se nas palavras de Corbin (1987):

¹² «L'allomorphie consiste en un traitement synchronique d'un ensemble de phénomènes historiquement hétérogènes (emprunts, dérivation dite «savante», évolution phonétique) mais que l'on peut réduire synchroniquement à une certaine régularité». (Corbin 1991: 12)

¹³ Sobre a distinção entre *alomorfia* e *supletivismo*, ver Adouani (1993) e Eggert *et al.* (1998), entre outros.

¹⁴ «L'allomorphie est donc une variation contextuelle gouvernée lexicalement: elle n'est pas automatique dans le contexte phonologique concerné.» (Corbin 1985: 56, nota 9)

«une allomorphie est une variation de nature phonologique, non explicable phonologiquement, qui affecte un morphème appartenant à une catégorie lexicale majeure ou affixale lors d'une opération dérivationnelle ou dans un contexte phonologique». (Corbin 1987: 285)

Segundo esta concepção, inspirada na de Aronoff (1976), o termo *alomorfia* aplica-se apenas às variações formais/fonológicas «não explicáveis fonologicamente», que afectam bases ou afixos num determinado co(n)texto morfofonológico.

Esta concepção de *alomorfia* parece-nos bastante restritiva por dois motivos principais, que passamos a explicitar. Em primeiro lugar, a relação formal que as bases não-autónomas estabelecem com as bases autónomas a que se associam semanticamente não é uniforme, existindo diversos graus de (ir)regularidade entre elas, pelo que a distinção *alomorfia* vs *supletivismo* proposta por Corbin enfrenta alguns problemas de carácter científico-metodológico, sobretudo ao nível da sua aplicação prática. O que é uma variação regular? Onde termina a *alomorfia* e começa o *supletivismo*? Em segundo lugar, ao excluir as variações formais explicáveis fonologicamente, está a reduzir a *alomorfia* apenas ao excepcional e/ou idiossincrático. Porque são explicáveis fonologicamente, as alternâncias verificadas em *clássico/classicismo*, *bélico/belicista* não seriam consideradas casos de *alomorfia*.

Em alternativa, propomos um conceito menos restritivo de *alomorfia*, que abrange a variação formal das unidades morfolexicais determinada pelo contexto derivacional, i.e., que se verifica em função da combinatória de certas bases e/ou de bases e certos afixos. No seguimento de Rio-Torto, consideramos que

«As regras de *alomorfia* [...] são mecanismos de ordem morfofonológica determinados morfolexicalmente, sendo portanto chamados a actuar aquando da combinatória de certas bases e de certos afixos, ou seja, no decurso da construção dos produtos lexicais. Trata-se de dispositivos que constituem manifestações das regras morfofonológicas da língua, que intervêm em graus de (ir)regularidade variáveis, e cuja ocorrência está geralmente confinada a determinados produtos.» (Rio-Torto 1998: 78)

Em termos sincrónicos, a variação formal/*alomórfica* das unidades morfolexicais pode ser de três tipos:

- (i) variação fonologicamente condicionada: a variação formal das bases ou afixos é determinada pela contiguidade de segmentos fonológicos com determinadas propriedades/traços fonológicos (e.g. *infeliz*, *ilíquido*, *inapto*);

- (ii) variação morfológicamente condicionada: a variação formal das bases ou afixos é determinada pelo co(n)texto morfológico, isto é, pela ocorrência de determinado tipo de constituintes morfolexicais, especialmente afixos (cf. *amável*, *amabilidade*, *amavelmente*);
- (iii) variação gramatical ou lexicalmente condicionada, quando as variantes estão lexicalizadas, sendo activadas em determinados contextos gramaticais (*faz/fiz*, *sou/fui*, *vou/ia*, etc.)¹⁵. Estas variações não se verificam em todos os contextos disponíveis, sendo determinadas por propriedades idiossincráticas e imprevisíveis de cada palavra.

Relativamente ao tratamento linguístico da alomorfia, têm sido propostas várias hipóteses¹⁶, que Booij (2000: 337) reduz a apenas duas:

- (i) assumir uma forma subjacente para a unidade morfolexical em causa e um conjunto de regras fonológicas responsáveis por derivar, em cada co(n)texto, a partir dessa forma de base, a realização fonética adequada, ou
- (ii) listar a totalidade dos alomorfes possíveis de cada morfema, e estabelecer a distribuição dos alomorfes em função de propriedades fonológicas ou morfológicas dos segmentos adjacentes, ou de relações lexicais.

A alomorfia pode ser tratada de várias formas, não se submetendo todos os casos de variação alomórfica ao mesmo tipo de tratamento sincrónico. A partir de exemplos retirados do português europeu contemporâneo, vejamos como a variação alomórfica, mais ou menos supletiva, pode ser tratada em termos sincrónicos.

Nos casos de **alomorfia não-supletiva**, que implica uma certa regularidade formal entre as formas alternantes, pode-se assumir a existência de uma forma fonológica básica¹⁷ para cada morfema, a partir da qual as diferentes formas fonéticas são derivadas através de processos/regras fonológicos. Tal explicação tem sido proposta para as alternâncias formais do tipo *fim/final*, *limão/limonada*, *cão/canil*, *elegante/elegância*, *presidente/presidência*, *democrata/democracia*, *profeta/profecia*, *psicólogo/psicologia* *católico/catolicismo*, *eléctrico/*

¹⁵ Nestes casos, a função morfológica das alternâncias fonológicas é o efeito da *morfologização* de um processo fonológico em tempos regular (Booij 2000).

¹⁶ Uma síntese de várias hipóteses de análise da alomorfia pode encontrar-se em Corbin (1985: 71-73).

¹⁷ Na fonologia generativa, essa representação básica é denominada «representação profunda/subjacente».

electricista, electricidade, etc. Segundo Mateus (1997), e Mateus e Andrade (2000), as alternâncias formais que ocorrem em pares como *fim/final, limão/limonada, cão/canil*, etc. explicam-se pela aplicação, em diferentes co(n)textos morfológicos, de processos fonológicos distintos. Sendo o radical de base idêntico em ambos os membros dos pares apresentados, a realização do (autos)segmento nasal que termina o radical é condicionada morfológicamente pela presença ou não de um segmento sufixal a seguir à base. Quando a base é seguida de um sufixo derivacional (cf. *fin-al, limon-ada, can-il*), o (autos)segmento nasal realiza-se como uma consoante nasal (-n-), mas se a base ocorre de forma autónoma (cf. *fim, limão, cão*), o (autos)segmento nasal “espraia-se” sobre a vogal ou ditongo anterior, nasalizando-a/o (cf. Mateus e Andrade 2000: 131-134). No caso dos pares *elegante/elegância, presidente/presidência, democrata/democracia, eléctrico/electricista, católico/catolicismo, psicólogo/psicologia*, etc., a variação alomórfica decorre da aplicação, nas palavras sufixadas, de processos de *fricatização* («spirantization rule» e «velar softening rule») na última consoante do radical de base. Através destes processos as consoantes oclusivas /t/, /k/ ou /g/ passam a ser realizadas como fricativas, respectivamente [s] e [ʒ], quando são seguidas de um segmento sufixal iniciado por /i/ (*-ia, -ismo, -ista, -idade*) (cf. Mateus e Andrade 2000: 98-102).

Não obstante admitirem um tratamento em termos fonológicos, as alternâncias regulares (cf. *eléctrico/electricista, rústico/rusticidade*, etc.) ocorrem em contextos morfológicos específicos, admitindo igualmente um tratamento em termos morfológicos. Segundo Booij (1998), os padrões distribucionais dos alomorfes são de natureza tipicamente morfológica. De facto, existem muitas alternâncias fonológicas que, embora sejam regulares, i.e. não governadas lexicalmente, apenas podem ser analisadas com recurso a informação morfológica. Como referem Mateus e Andrade,

«These data suggest an interrelation between the adjunction of the suffixes – morphological information – and the application of the phonological rules: when some suffixes are added, the root consonants /t/, /k/ and /g/ trigger spirantization and velar softening rules while the adjunction of other suffixes does not have this effect.» (Mateus e Andrade 2000: 102)

A alomorfia é, sem dúvida, uma área de interface entre a fonologia e a morfologia, cujo estudo pressupõe a interacção entre

estas duas componentes da gramática.¹⁸ Kiparsky (1985), advogando o modelo da Fonologia Lexical, considera que as regras da morfologia e as regras da fonologia se aplicam em série: as operações fonológicas podem preceder ou suceder às regras morfológicas (aplicação cíclica). Já segundo um modelo recente de fonologia generativa, a escolha e distribuição dos morfemas é determinada pela morfologia, mas a sua realização, com ou sem variação formal, é tratada pela fonologia. Esta conceptualização da relação entre morfologia e fonologia encontra-se, por exemplo, em Goldsmith (1995).

«The motto ‘minimize allomorphy’ remains today’s watchword, in the sense that in practice morphology continues to be concerned with the linear order and constituent structure of words, and with making choice of which morphemes are to be employed to realize a set of morphosyntactic features in a given sentence; but contextually determined variations in the realization of a given morpheme will be to the extent possible be accounted for phonologically.» (Goldsmith 1995: 9)

Consideramos que a morfologia e a fonologia são módulos da gramática que interagem entre si, não havendo necessariamente uma ordenação rígida entre processos morfológicos e fonológicos: as regras fonológicas podem ser condicionadas por propriedades morfológicas, ou, *vice-versa*, os processos morfológicos podem também ser condicionados por propriedades fonológicas. Por exemplo, a activação de um processo morfológico pode depender das propriedades fonológicas evidenciadas pelas formas de *input*. Em alguns casos, ambos os componentes reflectem cumulativamente sobre os mesmos fenómenos, embora sob perspectivas de análise diferentes. Refira-se, no entanto, que a análise fonológica enfrenta algumas limitações: (i) só é plausível em relação a um grupo limitado de alternâncias formais, as alternâncias que apresentam alguma regularidade, e (ii) nem sempre as alternâncias, mesmo as mais regulares, são automáticas. Como notam Mateus e Andrade (2000: 98-100), em casos como *valente/valentia*, *monarca/monarquia*, *fidalgo/fidalguia*, *intriga/intriguista*, etc., os processos de fricativação não se verificam, apesar de, aparentemente, todas as condições morfofonológicas estarem criadas para que isso pudesse acontecer.

Em muitos casos, a alomorfia é uma relíquia histórica de um processo fonológico antigamente activo. No caso das alternâncias

¹⁸ No entender de Mateus e Andrade (2000: 96), «Any explanation of the structure of lexical representations needs to be based on a study of how morphological and phonological rules interact.»

Lamego/lamecense, amigo/amicíssimo, etc., a fricativação do /k/ só se deu porque essa consoante era originalmente seguida de segmento vocálico –e/i-. Note-se, no entanto, que a activação deste processo fonológico não é automática na sincronia actual, como se pode comprovar através de formações como *antiquíssimo/antiguíssimo, amiguíssimo*, algumas das quais não sancionadas pela norma padrão, mas atestadas em falantes do português. Por este motivo, alguns investigadores propõem que os alomorfes devem ser listados e relacionados entre si. Para Lieber (1981: 163-165), devem-se listar no léxico como entradas lexicais de base todas as variantes formais imprevisíveis a partir das regras gerais, uma vez que o carácter mais ou menos regular dos itens em relação de alomorfia está estreitamente relacionado com o número de casos em que uma determinada alternância se verifica. Para evitar a inserção lexical de todos os alomorfes, propõe, na linha de Halle (1973) e Jackendoff (1975), subcategorizar os alomorfes com o traço [\pm inserção lexical]. Em todo o caso, pode-se verificar que a distribuição dos alomorfes é governada morfológicamente pela presença ou não de uma unidade sufixal a seguir à base lexical.

Nos casos de **alomorfia supletiva**, esta última hipótese de descrição (a listagem dos alomorfes) é a única possível. Por exemplo, as bases derivacionais de *escalabitano, nabantino e olissiponense* não são relacionáveis em bases fonológicas às palavras *Santarém, Tomar e Lisboa*, ou seja, certas unidades morfolexicais têm variantes alomórficas com distribuições complementares sem partilharem representações fonológicas em nenhum nível. É o caso das variantes supletivas cuja distribuição não é governada fonologicamente, mas de acordo com factores morfológicos, gramaticais ou lexicais (Corbin 1985; Carstairs 1990: 19). Nestes casos, diz Booij (1998: 41-42), a única maneira de tratar a alomorfia «is to list both stems in the lexicon, and to add a subcategorization feature to one of them.»

Segundo Pilch (1985: 420-421), nem sempre os paradigmas derivacionais são monolíngues, no sentido de que quer a base quer o derivado fazem parte da mesma língua. Existem igualmente o que designa de «paradigmas bilingues» como, por exemplo, o paradigma das doenças inflamatórias (cf. *laringite, bronquite, gastrite, hepatite, otite, sinusite, etc.*), cujas bases derivacionais fazem parte essencialmente do vocabulário grego. Não obstante a origem estrangeira destas bases, o falante do português apreende-as e

incorpora-as no seu léxico¹⁹. Este facto permite-lhe não só compreender o significado das palavras em que ocorrem, como estabelecer relações semânticas com palavras autóctones, chegando, em alguns casos, a produzir novas palavras a partir dessas bases (e.g. *oftalmologia*, *otorrinolaringologista*). Tal como as bases, também o paradigma pode ser integrado nos padrões derivacionais do português como o comprovam novas formações a partir de bases não eruditas (cf. *futebolite*).

As variantes supletivas levantam, tal como as variantes não-supletivas, alguns problemas teórico-metodológicos, sobretudo relativos à representação das entradas lexicais. Que tipo de relações estabelecem as variantes supletivas do tipo *ilha/insul-*, *jogo/lud-*, etc. em termos sincrónicos? São unidades distintas mas relacionadas ou relacionáveis entre si, ou devem ser consideradas como instâncias da mesma unidade morfolexical? Estas questões foram já levantadas por Rio-Torto:

«Que tratamento sincrónico dar às numerosas bases cultas (para outros constituintes, temas ou radicais “eruditos”, “neoclássicos” ou “de origem culta”) que o português preserva, e muitas das quais representam formas divergentes das homólogas transmitidas por via popular (*capil-/cabel-*, *capit-/cabeç-*, *mens-/mês*, *aren-/arei-*, *pil-/pel-*)? Devem elas figurar como entradas lexicais diferenciadas e autónomas ou devem antes figurar como correlatas, e de certa forma subsidiárias, das segundas?» (Rio-Torto 1998: 143)

Na literatura existente sobre o assunto, as soluções propostas são basicamente duas, retomando quase sistematicamente a dicotomia «*Impoverished-entry theory*» vs «*Full-entry theory*» de Jackendoff (1975): (i) as variantes supletivas constituem uma só entrada, sendo uma delas o resultado da activação de processos lexicogenéticos, fonológicos ou sintácticos, conforme as teorias advogadas (IMPOVERISHED-ENTRY THEORY), ou então (ii) admite-se que as duas ou mais formas variantes constituem entradas lexicais distintas, totalmente especificadas, mas relacionadas (FULL-ENTRY THEORY).

Pena ((no prelo): §4.2.) considera que, para cada unidade morfolexical, devem-se assinalar todas as variantes formais. Este autor propõe que, nos dicionários, por um princípio de economia, a forma

¹⁹ Como assinala J.M. Piel (1976: XX-XXI), «É [...] surpreendente a facilidade com que certos latinismos, pertencentes, a princípio, a determinados meios intelectuais e eruditos, conseguiram propagar-se não só na língua comum, como até na pronunciadamente popular, onde se usam hoje em pé de igualdade com os elementos lexicais do fundo primitivo, avoengo.»

de citação escolhida deve ser a forma autónoma, sendo seguida de uma informação sucinta acerca das suas variantes formais e distribucionais. Exemplificando com dados do português:

- (9) *leite*. (leit- / lact-)
lado. (lad- / later-)
corpo. (corp- / corpor- / somat-)
cavalo. (caval- / equ- / hip-)

Este sistema de representação tem várias vantagens:

- (i) permite observar as correlações existentes entre os elementos integrantes do léxico, especialmente entre bases autónomas e não-autónomas;
- (ii) permite dar conta da formação de palavras sobre bases nativas e não-nativas ou cultas;
- (iii) permite tratar da mesma maneira palavras resultantes de padrões formativos produtivos e não-produtivos.

Em resumo, enquanto algumas alternâncias formais, porque manifestam alguma regularidade, podem ser tratadas através de regras/processos morfofonémicos, as alternâncias mais irregulares ou supletivas são governadas morfológica, gramatical ou lexicalmente, devendo tais variantes alomórficas ser listadas e memorizadas pelos falantes. Em todo o caso, dado que a alomorfia supletiva e não-supletiva se verifica em contextos morfolexicais determinados, o seu estudo pode e deve ser integrado no âmbito da morfologia, evidenciando a interacção entre este componente da gramática e a fonologia e/ou o léxico.

4. Conclusão

A influência das línguas clássicas (grego e latim), que se verifica ao longo de toda a diacronia do português, continua a manifestar-se nos nossos dias com uma extraordinária vitalidade na produção de novas palavras, sector da gramática em que constantemente recorremos a elementos provenientes daquelas línguas, nomeadamente a constituintes morfolexicais (bases e afixos) e paradigmas lexicogenéticos. Em virtude desta interacção, confrontamo-nos na sincronia actual com bases greco-latinas que ou não existem com forma autónoma em português, ou então existem com uma outra aparência formal. Entre bases autóctones e bases importadas estabelecem-se normalmente relações de distribuição morfológica complementar, sendo as variantes [+eruditas] activadas geralmente em processos de afixação ou composição. Assim, algumas palavras possuem duas ou mais formas alomórficas: uma forma vulgar, nativa

ou autóctone, resultante do processo natural de evolução linguística, e uma ou mais formas eruditas, não-nativas, tomadas de empréstimo de outras línguas, principalmente do grego e do latim (cf. *mão/manual*, *ouro/áureo*, *mês/mensal*, *fogo/ígneo*, *pedra/sáxeo*, *prata/argênteo*, etc.).

A situação de variação existente na sincronia actual é uma consequência directa do carácter diacronicamente estratificado do léxico. Na verdade, o português actual é constituído por formações lexicais provenientes de fases/estádios linguísticos sucessivos, sendo alguns alomorfes ou variantes formais uma espécie de «fósseis» morfofonológicos e/ou morfossemânticos, testemunhos no português contemporâneo de um estado de língua anterior. Os alomorfes são variantes sincrónicas que reflectem a variação diacrónica (fonológica e/ou morfológica) sofrida por essa unidade durante o seu percurso histórico ou então relacionam itens autóctones com outros itens sinónimos que entraram na língua como empréstimos de outras línguas. Na linha de D. Corbin, consideramos que

«Les allomorphies sont fréquentes et variées. Elles résultent du caractère historiquement stratifié de la constitution du lexique [...], et peuvent se traiter, en synchronie, comme des régularités contextuelles [...]» (Corbin (em publicação): § 3.2.)

O grau de motivação e transparência evidenciado pelas formações morfológicamente complexas é muito variável, podendo considerar-se que existe um *continuum* entre dois pólos opostos: de um lado, formações totalmente motivadas/transparentes, e, do outro, formações imotivadas/não-transparentes. Do ponto de vista formal, as unidades morfolexicais dispõem-se ao longo de uma escala que vai desde o mais regular ao menos regular, podendo ocorrer situações de **alomorfia supletiva** (*Santarém/escalabitano*; *Lisboa/olissiponense*) e de **alomorfia não-supletiva** (*Lamego/lamecense*; *Lisboa/lisbonense*). O grau de alomorfia é inversamente proporcional ao grau de similaridade entre as formas alternantes. O número de segmentos fonológicos adicionados, subtraídos ou substituídos desempenha um papel fundamental no estabelecimento do grau de similaridade entre as formas alternantes.

O fenómeno de variação alomórfica, supletiva e/ou não-supletiva, que afecta as unidades morfolexicais é comandado morfológicamente, pelo que o seu tratamento pode e deve ser incorporado no âmbito da morfologia. No entanto, como se trata de um fenómeno de variação que afecta o significante de algumas unidades lexicais, admite

igualmente um tratamento lexical e/ou fonológico. A listagem de todos os alomorfes por que se manifesta uma determinada unidade lexical parece tratar de forma uniforme todos os tipos de alternância formal que afecta as unidades lexicais, independentemente do seu grau de (ir)regularidade, embora se reconheça que algumas delas podem cumulativamente ser tratadas através de regras fonológicas. A hipótese da listagem implica que os falantes estabeleçam um certo conexionismo mental entre formas linguísticas, tendo a desvantagem de aumentar o volume de informação que é/deve ser memorizada pelos falantes/ouvintes.

Dada a dificuldade que a alomorfa, principalmente a supletiva, introduz no processo de aprendizagem e de(s)codificação linguísticas, por vezes, os falantes constroem novas palavras, mais transparentes e regulares do ponto de vista formal, que se estabelecem na língua como variantes opcionais das já existentes. Assim se explica a existência de formas como *bragantino* e *bragançano* a par de *brigantino* (de *Brigantia*), *lisboeta* e *lisbonense* a par de *olissiponense* de *Olissipo*). Uma questão se impõe, entretanto: Porque é que as alternâncias supletivas sobreviveram e sobrevivem depois do movimento humanista e neo-humanista se ter desvanecido? Segundo Dressler (1985: 102-105), a resposta é a seguinte: elas continuam a ter uma **função sociolinguística e pragmática** importante, uma vez que assinalam “erudição” e põem em evidência o nível sócio-cultural dos falantes. Esta função de indexação social representa uma clara instância de contacto e interacção entre os factores sociolinguísticos e os recursos ou processos morfológicos. Os alomorfes, principalmente os supletivos, são normalmente acidentes históricos que permanecem e continuam a ser utilizados numa língua devido à influência de outra língua, viva ou morta, considerada mais prestigiada. O seu uso por parte dos falantes tem funções sociolinguísticas importantes, conferindo um maior prestígio e erudição a quem a elas recorre.

Bibliografia:

- ADOUANI, Abdellatif (1993). “Traitement dérivationnel des supplétismes lexicaux”. In: *Cahiers de Lexicologie*, 63, pp. 87-98.
- ARONOFF, Mark (1976). *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge/MA and London: The MIT Press, third printing, 1985.
- BOOIJ, Geert (1998). “Allomorphy and the Autonomy of Morphology”. In: *Folia Linguistica XXXI/1-2*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 25-56.

- BOOIJ, Geert (2000). "Morphology and Phonology". In: Geert Booij, Christian Lehmann, Joachim Mugdan (eds.), *Morphologie/Morphology: An International Handbook on Inflexion and Word-formation*, Berlin/New York: Walter de Gruyter, Vol. I, pp. 335-344.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1979). *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Editora, 3ª edição.
- CARSTAIRS, Andrew (1990). "Phonologically conditioned suppletion". In: Wolfgang U. Dressler et al. (eds.), *Contemporary Morphology*, Berlin / New York: Mouton de Gruyter, pp. 17-23.
- CORBIN, Danielle (1984). "Méthodes en morphologie dérivationnelle". In: *Cahiers de Lexicologie*, vol. XLIV, 1984-I, pp. 3-17.
- CORBIN, Danielle (1985). "Les bases non autonomes en français ou comment intégrer l'exception dans un modèle lexical". In: *Langue Française* 66, pp. 54-76.
- CORBIN, Danielle (1987). *Morphologie Dérivationnelle et Structuration du Lexique*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2 vols.
- CORBIN, Danielle (1991). "Introduction. La formation des mots: structures et interprétations". In: *Lexique*, vol. 10, P.U.L., pp. 7-30.
- CORBIN, Danielle (em publicação). *French (Indo-European: Romance)*. In: Geert Booij, Christian Lehmann, Joachim Mugdan (eds.), *Morphologie/Morphology: An International Handbook on Inflexion and Word-formation*, Berlin/New York: Walter de Gruyter, Vol. II, Article 121.
- CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.
- DRESSLER, Wolfgang U. (1985). "Suppletion in word-formation". In: Jacek Fisiak (ed.), *Historical Semantics. Historical Word-formation*, Berlin / New York / Amsterdam: Mouton Publishers, pp. 97-112.
- EGGERT, Elmar; MAUREL, Denis; BELLEIL, Claude (1998). "Allomorphies et suppléments dans la formation de gentilés. Application au traitement informatique". In: *Cahiers de Lexicologie*, 73, 1998-2, pp. 167-179.
- GARY-PRIEUR, M.-N. (1985). *De la Grammaire à la Linguistique*. Paris: Armand Colin.
- GOLDSMITH, John (1995). "Introduction". In: John Goldsmith (ed.), *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford/UK, Cambridge/MA: Blackwell, pp. 1-15.
- HALLE, Morris (1973). "Prolegomena to a theory of word-formation". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 43, nº 1, pp. 3-16.
- JACKENDOFF, Ray Samuel (1975). "Morphological and semantic regularities in the lexicon". In: *Language* 51, pp. 639-671.
- JOSEPH, Brian D. (1998). "Diachronic Morphology". In: Andrew Spencer and Arnold M. Zwicky (eds.), *The Handbook of Morphology*, Oxford/UK, Malden/MA: Blackwell Publishers, pp. 351-373.
- KASTOVSKY, Dieter (1982). "Word-formation: a functional view". In: *Folia Linguistica* XVI, pp. 181-198.
- KIPARSKY, Paul (1985). "Some consequences of Lexical Phonology". In: *Phonology Yearbook* 2, pp. 83-138.
- LIEBER, Rochelle (1981). *On the Organization of the Lexicon*. Bloomington/IN: I.U.L.C.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1999). "A herança latina na língua portuguesa". In: *I Congresso da APEC. Raízes Greco-Latinas da Cultura Portuguesa*, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos – APEC, pp. 85-98.

- MATEUS, Maria Helena and ANDRADE, Ernesto d' (2000). *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1997). "Aspectos da fonologia lexical do português". In: Ana Maria Brito, Fátima Oliveira, Isabel Pires de Lima, e Rosa Maria Martelo (orgs.), *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, pp. 7-22.
- MEDEIROS, Walter de (1989). "Importância das bases greco-latinas na formação de terminologias". In: *Boletim da Comissão Nacional da Língua Portuguesa*, pp. 195-205
- MEL'ČUK, Igor (2000). "Suppletion". In: Geert Booij, Christian Lehmann, Joachim Mugdan (eds.), *Morphologie/Morphology: An International Handbook on Inflexion and Word-formation*, Berlin/New York: Walter de Gruyter, Vol. I, pp. 510-522.
- MORAIS-BARBOSA, Jorge (1969). *A Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 2ª edição revista.
- NUNES, José Joaquim (1975). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 8ª edição.
- PENA, Jesús (no prelo). "Morfología derivativa y diccionario". In: *II Jornadas de Lingüística: "Perspectivas actuales en lengua española y lingüística general"* (8-11 Marzo de 2000), Universidad de Alicante.
- PIEL, Joseph M. (1976). "Introdução: I. Origens e estruturação histórica do léxico português". In: *Dicionário da Academia*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2ª edição, pp. XV-XXII.
- PILCH, Herbert (1985). "The synchrony-diachrony division in word-formation". In: Jacek Fisiak (ed.), *Historical Semantics. Historical Word-formation*, Berlin/New York/Amsterdam: Mouton Publishers, pp. 407-433.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1993). *Formação de Palavras em Português. Aspectos da construção de avaliativos*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Coimbra.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998). *Morfologia Derivacional: teoria e aplicação ao Português*, Porto: Porto Editora.
- RUSZKIEWICZ, Piotr (1998). "On the diachrony-in-synchrony analysis in morphology". In: *Folia Linguistica Historica XVIII/1-2*, pp. 81-117.
- SOUTHWORTH, Franklin C. (1990). "Synchronic manifestations of linguistic change". In: Edgar C. Palomé, (ed.), *Research Guide on Language Change*, Berlin / New York: Mouton de Gruyter, pp. 25-31.
- TEYSSIER, Paul (1982). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- VERDELHO, Telmo (1987). "Latinização na história da língua portuguesa. O testemunho dos dicionários". In: *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXIII (=Homenagem a Paul Teyssier), pp. 157-187.